

O COMUM E A CIDADE

CONSELHO EDITORIAL

ANDRÉ LUIZ V. DA COSTA E SILVA

CECILIA CONSOLO

DIJON DE MORAES

JARBAS VARGAS NASCIMENTO

LUÍS AUGUSTO BARBOSA CORTEZ

MARCO AURÉLIO CREMASCO

ROGERIO LERNER

O COMUM E A CIDADE
notas sobre política, direito e espaço

RAFAEL DE OLIVEIRA ALVES

2023

O comum e a cidade: notas sobre política, direito e espaço

© 2023 Rafael de Oliveira Alves

Editora Edgard Blücher Ltda.

Publisher Edgard Blücher

Editores Eduardo Blücher e Jonatas Eliakim

Coordenação editorial Andressa Lira

Produção editorial Juliana Moraes

Diagramação Joyce Rosa

Revisão de texto Luana Negraes

Capa Laércio Flenic

Imagem da capa iStockphoto

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar

04531-934 – São Paulo – SP – Brasil

Tel.: 55 11 3078-5366

contato@blucher.com.br

www.blucher.com.br

Segundo o Novo Acordo Ortográfico, conforme 6. ed.
do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*,
Academia Brasileira de Letras, julho de 2021.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer
meios sem autorização escrita da editora.

Todos os direitos reservados pela Editora
Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Alves, Rafael de Oliveira

O comum e a cidade: notas sobre política, direito e espaço/
Rafael de Oliveira Alves. - São Paulo: Blucher, 2023.

208 p.

Bibliografia

ISBN 978-65-5550-173-5

1. Ciências sociais 2. Urbanização I. Título

23-5487

CDD 300

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciências sociais

RESUMO

Este livro procura apresentar o debate contemporâneo e uma síntese teórica para o direito à cidade. Para tanto, são reunidas referências sobre os processos de desposseção e de apropriação na cidade contemporânea. Por outro lado, afastamos a compreensão de um direito à cidade reduzido à legislação estatal e ampliamos o debate para a produção do comum.

Nos primeiros três capítulos são discutidos os contornos contemporâneos da política, do Estado e do direito como dispositivos associados em regime biopolítico de governamentalidade de exceção que nos aliena e impede a emancipação humana. Mas, em resistência, localizamos uma vida que insiste em viver e que, pelo trabalho vivo, produz relações e afetos, produz vínculos comunitários e uma forma-de-vida autônoma.

Na sequência, os capítulos 4, 5 e 6 repercutem os argumentos iniciais sobre a dimensão espacial. Primeiro, definindo o espaço, a cidade e o urbano como categorias centrais na produção social. Depois, demonstrando que o público e o privado, dominados pelas lógicas estatal e individual, respectivamente, conformam nossa subjetividade e nossa espacialidade. O direito de propriedade privada, em consequência, consolida uma forma de produção da sociabilidade limitada e alienada.

Ao final, concluímos que a desposseção espacializa o regime de exceção na cidade contemporânea, constituindo-se, portanto, como um meio para a extração forçada de mais valor necessário à acumulação capitalista. Em contraposição, a apropriação abre aos sujeitos a possibilidade de, pelo valor de uso, reencontrarem consigo mesmos, com os objetos produzidos e com os outros diferentes. Nesse sentido, várias evidências contemporâneas demonstram que, apesar do espaço dominado pelo capital e pelo Estado, é possível encontrar elementos para fazer do comum uma prática espacial orientada pelo e para o uso não alienado da cidade. Assim, o direito à cidade é mais bem compreendido a partir da práxis de produção do comum na cidade contemporânea.

CONTEÚDO

APRESENTAÇÃO	9
1. A POLÍTICA	23
1.1 A NATUREZA DO PODER	24
1.2 A POLÍTICA E A POLÍCIA	25
1.3 A BIOPOLÍTICA	27
2. O ESTADO	35
2.1 O ESTADO MODERNO	36
2.2 PRIMEIRA CRÍTICA DO ESTADO: EXCEÇÃO E POLÍCIA	44
2.3 SEGUNDA CRÍTICA DO ESTADO: A RELAÇÃO CAPITAL	50
2.4 DO ESTADO À COMUNA	63
3. O DIREITO	69
3.1 O DIREITO COMO TEORIA PURA	69
3.2 O DIREITO COMO FORMA JURÍDICA CAPITALISTA	73
3.3 O DIREITO COMO VIOLÊNCIA	77
3.4 O DIREITO COMO FORMA-DE-VIDA EMANCIPADA	80

4. A NATUREZA DO ESPAÇO	91
4.1 O ESPAÇO	92
4.2 A CIDADE	99
4.3 O URBANO	108
5. AS PROPRIEDADES DO ESPAÇO	117
5.1 O PÚBLICO	118
5.2 O PRIVADO	119
5.3 O ESTATAL	125
5.4 O COMUM	127
6. OS DIREITOS DE PROPRIEDADE	133
6.1 FUNDAMENTOS DA PROPRIEDADE PRIVADA	134
6.2 ELEMENTOS DA TEORIA JURÍDICA	139
6.3 ELEMENTOS PARA O COMUM	148
7. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO	153
7.1 A DESPOSSESSÃO	154
7.2 A APROPRIAÇÃO	167
CONSIDERAÇÕES FINAIS	195
REFERÊNCIAS	201